



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2014

A Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro, por meio de seu Presidente, torna público que às **10h do dia 19 de dezembro de 2014**, na Sala de Reuniões, sito na Rua Cel. Álvaro de Moraes, nº. 1515, serão abertos os envelopes contendo a documentação de Habilitação e Proposta Financeira das empresas interessadas em participar da presente licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **Menor Preço**, regida pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como a Lei Complementar n.º 123/2006, e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente Edital, conforme Processo n.º 129 – SI 077/14.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação é a locação e manutenção de SOFTWARE GERADOR DA FOLHA DE PAGAMENTO da Câmara Municipal de Montenegro, bem como sua implantação, treinamento, suporte e manutenção, conforme especificações do Memorial Descritivo – Anexo V.

1.2 O suporte deverá prestar atendimento durante o horário de expediente da Câmara de Vereadores: 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira.

1.3 A Câmara de Vereadores conta atualmente com um total de 32 Servidores e Vereadores.

2. DO REPRESENTANTE LEGAL

A licitante deverá apresentar-se para credenciamento diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que, devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

2.1 A documentação referente ao credenciamento de que trata este item deverá ser apresentada fora dos envelopes.

2.2 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio administrador ou assemelhado, deverá apresentar:
 - a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrados no órgão competente; ou
 - a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade civil ou por ações; ou
 - a.3) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; ou
 - a.4) registro comercial, se empresa individual.

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**



Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, §1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para intervir nas fases de licitação e a responder a todos os atos e efeitos previstos neste Edital; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame (modelo Anexo II – Carta de Credenciamento).

Observação 01: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 02: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento e/ou procuração para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

Observação 03: a procuração por instrumento particular e a carta de credenciamento somente serão aceitas se contiverem o devido reconhecimento de firma em cartório.

3. DA PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

Poderão participar desta licitação as empresas devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Montenegro, ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia **16 de dezembro de 2014**, horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

4. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão apresentar, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, a documentação, no endereço indicado, dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações-CPL, em dois envelopes fechados: o primeiro, contendo os documentos de habilitação; e o segundo, os documentos da proposta financeira, como segue:

À CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTENEGRO

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitante: _____

Endereço do Licitante: _____

Envelope n.º 01 - Documentos de Habilitação

Tomada de Preços n.º 07/2014



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



À CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTENEGRO

Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Licitante: _____

Endereço do Licitante: _____

Envelope n.º 02 - Proposta Financeira

Tomada de Preços n.º 07/2014

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados da seguinte forma:

- a)** em original; ou
- b)** sob a forma de publicação em órgão da imprensa oficial; ou
- c)** extraídos de sistemas informatizados (internet), ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade; ou
- d)** em cópia autenticada por Tabelião ou por Servidor da Câmara Municipal.

Não serão realizadas autenticações durante a sessão designada no preâmbulo deste Edital.

5.1 Os documentos que dependam de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias antes da data de abertura dos envelopes de habilitação.

5.2 As Declarações e Carta de Credenciamento solicitadas devem ser expedidas pelo licitante, nos mesmos termos apresentados nos modelos I a IV.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - O Envelope n.º 01 deverá conter:

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido pela Prefeitura Municipal de Montenegro, em vigor, pertinente ao ramo de atividade, compatível com o objeto licitado.

Observação: documentos vencidos poderão ser renovados antecipadamente ou serem apresentados atualizados em anexo ao CRC;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, caso a mesma não conste do CRC expedido pela Prefeitura Municipal (alínea "a");

c) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data fixada para abertura da licitação;

d) Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos da Lei 9.854/99, conforme modelo Anexo III;

e) Comprovação de aptidão por meio de um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha executado com



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



bom desempenho serviço pertinente e compatível em características com objeto da licitação;

f) Declaração de idoneidade, conforme modelo Anexo I.

6.2 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.3 e 13.1 a 13.3 deste Edital, **deverá apresentar**, no envelope de habilitação, declaração firmada por Contador e representante da empresa (Anexo IV) ou emitida por órgão competente (Junta Comercial ou Receita Federal), de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida no prazo de até 90 (noventa) dias de antecedência da data apazada para a abertura dos envelopes, além de todos os documentos previstos no item 6.1 deste Edital.

6.2.1 As cooperativas que se enquadrarem no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.3 e 13.1 a 13.3 deste Edital, conforme o disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresente no envelope de habilitação, declaração, firmada por Contador e representante da empresa (Anexo IV), ou emitida por órgão competente (Junta Comercial ou Receita Federal), de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 6.1 deste Edital.

6.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 6.2.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 6.1 deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

6.3.1 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.3.2 O prazo de que trata o item 6.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

6.3.3 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 6.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14 deste Edital, sendo facultado à Câmara de Vereadores convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



7. DA PROPOSTA FINANCEIRA – Envelope n.º 02

7.1 O envelope n.º 02 deverá conter: proposta financeira contendo a razão social da empresa, número do CNPJ, endereço e telefone, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal da empresa, elaborada conforme Anexo VI do presente Edital, para a execução do serviço objeto desta licitação, expresso com apenas duas casas após a vírgula, em reais, datada, onde deverão estar incluídos todos os custos, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

7.2 Para obtenção da proposta mais vantajosa para a Câmara de Vereadores, e para que todos os itens tenham o mesmo peso, no modelo da proposta financeira, os licitantes devem dividir o valor total da Implantação/Treinamento por 48 (quarenta e oito), período máximo de vigência do contrato. Os custos de Implantação/Treinamento serão pagos em parcela única assim que os serviços forem devidamente prestados.

7.3 Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas aquelas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência contida no presente Edital.

7.4 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DAS ATAS

8.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital serão abertos os envelopes de n.º 01, relativos à Habilitação, podendo, a critério da Comissão Permanente de Licitações, dar prosseguimento à abertura dos envelopes de n.º 02, relativos à Proposta Financeira.

8.2 Não havendo concordância quanto à desistência do prazo recursal relativos à fase da habilitação, os trabalhos serão suspensos pelo prazo previsto na Lei n.º 8.666/93 e alterações. Neste caso, todos os envelopes de proposta financeira serão rubricados pelos presentes e mantidos lacrados, aguardando o cumprimento dos prazos legais e/ou julgamentos dos recursos apresentados.

8.3. Todos os atos praticados pela Comissão, seja em reunião com os licitantes ou em separado para julgamentos ou diligências, serão reduzidos a termo em atas circunstanciadas, distintas para cada ato relatado, que conterão, inclusive, as manifestações dos licitantes acerca de qualquer ato julgado irregular pelos mesmos, que, após lida, encerrada e aprovada, deverá ser assinada por todos os membros e pelos licitantes presentes ao certame.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 O Presidente da Comissão Permanente de Licitações anunciará a abertura dos envelopes relativos aos documentos de habilitação, os quais serão rubricados pelos membros da Comissão e empresas participantes do ato de abertura, podendo a Comissão suspender a reunião para análise dos documentos e diligências julgadas necessárias.

9.2 Ocorrendo a hipótese prevista no item antecedente, os envelopes que contenham as propostas financeiras, devidamente fechados, serão rubricados pelos membros da Comissão e pelas empresas presentes, ficando toda a documentação em poder do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que cuidará para que permaneçam fechados, até o término do período de recurso alusivo à fase de habilitação.

9.3 Somente serão habilitadas as empresas que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas no presente Edital, condição indispensável para que as empresas passem à segunda fase.

10. DA FASE DA PROPOSTA FINANCEIRA

Superada a fase de habilitação, passará a Comissão a proceder à abertura dos envelopes de n.º 02, relativos às propostas financeiras, que serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes devidamente credenciados.

11. DO JULGAMENTO

Esta licitação é do tipo **Menor Preço** e será julgada de acordo com o disposto no artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

11.1 O julgamento da presente licitação compreenderá duas fases distintas: a primeira que se iniciará com a abertura do envelope de n.º 01, relativo aos documentos de habilitação; e a segunda, que se iniciará com a abertura do envelope de n.º 02, contendo as propostas financeiras.

11.2 Para julgamento das propostas poderá a Comissão solicitar pareceres técnicos das áreas pertinentes, efetuar vistorias às instalações dos licitantes, acompanhado de técnicos, sendo a verificação a seu exclusivo critério, ou outras diligências julgadas necessárias.

11.3 Poderá a Câmara conceder prazo conforme estabelecido no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93 e alterações, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



12. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

12.1 Não serão aceitas propostas com valores acima do cotado pela Câmara Municipal, conforme segue:

ITEM	QTD.	UN.	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	1	MÊS	Locação	R\$ 603,67	R\$ 603,67
02	1	MÊS	Suporte/Manutenção	R\$ 483,00	R\$ 483,00
03	1	-	Implantação/Treinamento	R\$ 8.935,00	R\$ 8.935,00
Valor Total Global = ITEM 1 + ITEM 2 + (ITEM 3 /48)					R\$ 1.272,81

12.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este Edital, bem como com preços superestimados ou inexequíveis.

13. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

13.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 6.2, deste Edital.

13.1.1 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

13.1.2 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

13.1.3 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta inferior a de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 13.1.1 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item;

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



13.2 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 13.1.3 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

13.3 O disposto nos itens 13.1 à 13.2, deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (desde que satisfaça as exigências do item 6.2, deste Edital).

13.4 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes. A ausência de um ou mais licitantes empatados não impedirá a realização do sorteio.

14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, implicando em multa de 10%, cumulada com pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o contrato, aplicar à licitante contratada as seguintes sanções, de acordo com a Lei n.º 8.666/93:

14.2.1 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso na entrega do objeto licitado ou no cumprimento de qualquer outra obrigação constante no contrato, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

14.2.2 Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano;

14.2.3 Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

14.3 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

14.4 A licitante contratada declara conhecer os direitos da contratante em efetivar a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



15. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

15.1 A impugnação ao Edital será feita na forma do art. 41 da Lei n.º 8.666/93, observando-se as seguintes normas:

a) o pedido de impugnação ao Edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) os licitantes poderão impugnar o Edital até o 2º (segundo) dia útil antecedente à data marcada para a abertura dos envelopes;

c) os pedidos de impugnação ao Edital serão escritos e dirigidos à Comissão Permanente de Licitações, que os encaminhará à apreciação da autoridade competente, entregues na Secretaria da Câmara Municipal de Montenegro durante o horário de expediente, das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, bem como via fax, através do telefone (51) 3632-3303, obedecidos os prazos das alíneas "a" e "b";

d) não serão aceitos pedidos de impugnação ao Edital apresentados fora dos prazos ou enviados por qualquer outro meio além dos previstos na alínea anterior.

15.2 Das decisões da Comissão Permanente de Licitações caberá recurso, na forma e prazos previstos no art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e nas alíneas abaixo, interpostos por escrito e entregues na Secretaria da Câmara Municipal de Montenegro, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, endereçado à Comissão Permanente de Licitações, que fará o encaminhamento ao Presidente da Comissão, bem como via fax, através do telefone (51) 3632-3303:

a) o prazo para interposição de recurso relativo às decisões da Comissão Permanente de Licitações, ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso;

b) havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e na forma prevista no *caput* do item 15.2;

c) não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora dos prazos ou enviados por qualquer outro meio além dos previstos no *caput* do item 15.2.

15.2.1 Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão Permanente de Licitações poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Presidente da Câmara, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

15.2.2 A decisão do Presidente da Câmara, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão Permanente de Licitações, é irrecorrível.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



15.2.3 O prazo previsto no subitem 15.2.1 poderá ser prorrogado, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.

16. DO PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante recebimento da Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata.

16.2 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a contratante compensará a Contratada com juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, *pro rata*.

16.3 Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, a CONTRATADA deverá apresentar cópia autenticada da guia de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento do Quadro dos Funcionários que prestaram os serviços, nos termos da Lei Municipal n.º 3.872/03, cópia da GFIP com identificação de todos os segurados que prestaram os serviços e suas respectivas remunerações.

17. DOS PRAZOS

17.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Câmara Municipal convocará o vencedor para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

17.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

17.3 Se dentro do prazo o convocado não assinar o contrato, a Câmara Municipal convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da pena de multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 2 (dois) anos.

17.4 A implantação, com a instalação, configuração, e o treinamento aos usuários do sistema deve ser feita em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

17.5 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura de seu termo, podendo ser prorrogado, a critério da Câmara, por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo fixado no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

18.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela licitante contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

18.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

19.2 Não ceder a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, e utilizar exclusivamente a sua mão de obra para a realização dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista;

19.3 Além das demais obrigações decorrentes da previsão deste instrumento convocatório e do contrato firmado, a licitante contratada tem como compromisso a realização dos seguintes serviços:

- a) Manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual;
- b) Suporte técnico, após a implantação do sistema, sempre que solicitado;
- c) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara Municipal;
- d) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados, sempre que necessário.

19.4 Deverá ser prestado suporte técnico pós-implantação, na sede da Câmara Municipal, sempre que solicitado, bem como via telefone e acesso remoto à distância.

19.5 A Câmara Municipal não se transforma em devedora solidária ou subsidiária perante credores da licitante contratada, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública (Executivo e Legislativo) por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais da Contratada, resultantes da execução do contrato.

19.6 Ficam sob inteira responsabilidade da licitante Contratada os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública (Executivo e Legislativo), em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



19.7 Responsabiliza-se, ainda, a licitante contratada, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública (Executivo e Legislativo) por encargos e dívidas pessoais da mesma.

19.8 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e de seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

19.9 A licitante contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar à Câmara Municipal e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 Designar, através de portaria, servidor (fiscal) para, como seu representante, fiscalizar e orientar o andamento do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

20.2 Fornecer e colocar à disposição da licitante contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços.

20.3 Notificar, formal e tempestivamente, a licitante contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

20.4 Notificar a licitante contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e qualquer débito de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

20.5 Efetuar os pagamentos à licitante contratada, de acordo com as condições de prazo e preço pactuados no contrato.

21. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora do certame não tenha débitos com o Município de Montenegro/RS.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Todas as despesas decorrentes dos serviços, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos aos empregados da empresa contratada ficarão a seu cargo (Contratada), cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítima os seus empregados quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e a Câmara Municipal de Vereadores.

22.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, aplicando as disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações, sujeitando-se todos os licitantes aos termos e condições do presente Edital e seus anexos, devendo cumpri-lo fielmente em seus detalhes e especificações.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



22.3 O prazo de validade das propostas será considerado, independentemente de expressa menção do licitante, de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

22.4 Não poderá participar da presente licitação todo aquele licitante que tiver sofrido punição de suspensão de contratar com o Município ou que tiver sido declarado inidôneo.

22.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

22.6 As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta das dotações orçamentárias 01.01.01.031.0310.2101.3.3.9.0.39.00.00.00-11.

22.7 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos: I – Modelo de Declaração de Idoneidade; II – Modelo de Carta de Credenciamento; III – Modelo de Declaração (Decreto Federal n.º 4.358-02); IV – Modelo de Declaração para ME, EPP e Cooperativa; V – Memorial Descritivo; VI – Modelo de Proposta de Preços; VII – Minuta do Contrato.

22.8 Informações serão prestadas aos interessados das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, na sede da Câmara de Vereadores, sita na rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515, Centro, Montenegro/RS, onde poderão ser obtidas cópias do Edital e de seus anexos, ou pelo fone/fax (51) 3632-3303.

22.9 O presente Edital está à disposição dos interessados no endereço eletrônico da Câmara Municipal: www.montenegro.rs.leg.br.

22.10 No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 02 de dezembro de 2014.

Ver. Renato Antonio Kranz,
Presidente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



MODELO ANEXO I

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro sob as penas da Lei, para fins desta licitação, que a empresa **__(nome)__,** não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV, art. n.º 87, da Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

Montenegro, **(data)**

(assinatura)

Diretor, Sócio Administrador ou Equivalente.

MODELO ANEXO II

**CARTA DE CREDENCIAMENTO
(Específico para a cláusula 02 – DO REPRESENTANTE LEGAL)**

A Empresa **__(nome)__,** credencia o (a) Sr. (a) **__(nome)__,** CPF n.º __, C.I n.º __, conferindo-lhe todos os poderes necessários à prática de quaisquer atos relacionados com o presente Edital Tomada de Preços n.º 07/2014, assim como os poderes específicos para rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas.

Montenegro, **(data).**

(assinatura)

Diretor, Sócio Administrador ou Equivalente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



MODELO ANEXO III

DECLARAÇÃO

Referente: Tomada de Preços 07/2014

__(**nome empresa**)__, inscrito no CNPJ n.º ____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) **(nome)**__, portador (a) da Carteira de Identidade n.º ____, e do CPF ____, DECLARA, para fins do disposto na Lei 9.854/99 e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Montenegro, **(data)**

(assinatura)
Representante legal

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ n.º _____, por meio de seu representante legal (ou procurador) Sr. _____, CPF _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Local e Data

Nome, CRC

Representante da Empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



**ANEXO V
MEMORIAL DESCRITIVO
SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO**

CADASTRO E TABELAS

1. Cadastro de servidores

Conter os dados necessários para atender os órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) relacionados com os dados da folha de pagamento. Dados de identificação do servidor (tais como: nome, estado civil, filiação, endereço completo, telefone entre outros); dados de documentação: (CI, CPF, certificado militar, PIS/PASEP e outros); dados bancários: (código do banco, agência, conta corrente); dados de classificação: (tipo de servidor – inativo, efetivo, CC, vereador, estagiário, pensionista) – código do cargo; complemento do cargo; código do sindicato; tipo de admissão; data da nomeação; data da posse, exercício; estágio probatório; departamento – carga horária, regime jurídico, regime previdenciário; situação – em atividade, em licença, férias, exonerado, sem atividade etc. – data do afastamento, causa do afastamento. Dados de cálculo: deverá conter: padrão de vencimento, padrão de FG, tabela padrão de FG para cálculo de FG incorporada, tabela de CC, FAP, FAS, INSS, INSS patronal, Passivo Atuarial, Abono de permanência, IRF, Adicional de insalubridade, Gratificação de Serviço, Representação %, Adicionais, Anuênios, Prêmio Assiduidade, Vale alimentação, mensalidade sindical etc., tudo conforme legislação municipal e federal.

2. Cadastro dos dependentes dos Servidores

Conter os dados necessários para atender os órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) relacionados com os dados da folha de pagamento (nome, grau de parentesco, data nascimento, sexo, se é estudante, entre outros).

3. Tabela de lotação e cargos dos servidores.

Tabelas com as informações dos cargos e locais onde os servidores estão lotados (setor, partido, gabinete vereador...).

4. Tabelas mensais dos padrões de remuneração (Base, CC, Função gratificada e Vereadores) com diversas faixas.

Informações gerais (por mês e ano: percentual, FAP, FAS patronal, auxílio alimentação, menor contribuição, maior contribuição) INSS (tabela do INSS atual, anteriores, possibilidade de impressão e envio) PADRÕES: (tabela de padrões, subsídios de vereadores, prefeito, vice, secretários, vale alimentação, possibilidade de impressão, envio por e-mail, alteração com cálculo automático); IRF, (tabela do IRF, atual e anteriores, com possibilidade de impressão, atualização e envio).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



5. Eventos: tabela contendo todos os eventos possíveis para a folha de pagamento. Dados como: Tipo (pagamento, desconto, base); Referência (valor, dias, meses, Sessões); Base (base para FAP, FAS, INSS, IRF, Rais, Dirf);
6. Tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas. (INSS, IRRF, salário família, entre outras).
7. Cadastro para autônomos
Informações de data e valor de cada serviço prestado, CBO, e outros necessários para o controle.
8. Cadastro de estagiários
Conter os dados para controle tais como: nome, CPF, data início do estágio, término do estágio, curso, local de trabalho, supervisor, instituição educacional, e outros.
9. Cadastro de pensionistas e seus benefícios.
Conter dados cadastrais e para controle dos benefícios.

CÁLCULOS E CONTROLES

1. Controle para dependentes, com datas de vencimento para a relação de dependência do IRRF.
2. Controlar a lotação e cargos dos servidores.
3. Controle de pensionistas e seus benefícios.
4. Reajuste das tabelas de padrões por percentual (individualmente ou geral)
5. Controlar os períodos aquisitivos de férias e licença prêmio.
6. Controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado.
7. Exportar dados de pessoal, conforme solicitações do TCE/RS.
8. Permitir a configuração de quais vencimentos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.).
9. Cálculo automático de avanços, adicionais conforme Lei 2.635/90 e 5.901/14 e alterações.
10. Configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o plano de carreira e regime jurídico dos servidores municipais (Promoções, FG, Adicionais,

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



Regime Especial de Trabalho, Representação, Abono de Permanência, Vale Alimentação, FAP, FAS, Contribuição Sindical, entre outros).

11. Configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, com códigos a serem gerados para RAIS, SEFIP e DIRF.

12. Configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados (INSS, FAP, FAS, IRF, Passivo Atuarial e outros).

13. Cálculo da folha de pagamento mensal, adiantamentos, cálculo complementar, 13º salário adiantado e integral.

14. Cálculos de rescisões individuais e complementares (exoneração, aposentadoria e outros).

15. Permitir simulações da folha de pagamento, para previsões de valores para a competência atual ou futura.

16. Permitir simulações, parcial ou total, da folha de pagamento, do 13º salário integral, de férias e rescisórias.

17. Permitir a inclusão e alteração de vencimentos e descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de cálculo da folha.

18. Calcular automaticamente todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal, como IRRF e previdências.

19. Possibilitar informação para SEFIP dos autônomos

20. Cálculo das provisões de Férias, 13º salário e Licença Prêmio com os respectivos encargos.

21. Controle da Efetividade com lançamentos por dia e por tipo de ocorrência; com opção de registro de dados por períodos diferenciados.

22. Controle da Margem Consignável - O sistema deverá oferecer mecanismos automáticos de controle de margem consignável.

23. Cálculo das diferenças de reajuste salarial – retroativas conforme período solicitado.

RELATÓRIOS E CONSULTAS

1. Emitir relatórios com resumo, extrato mensal e líquido da Folha.

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



2. Emitir contracheques em formulário contínuo utilizando impressora matricial. Opção de impressão de recibos de pagamento em impressora laser conforme layout a ser definido.
3. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual ou municipal.
4. Emissão da ficha financeira anual ou por períodos definidos pelo usuário.
5. Informe do comprovante de rendimentos
6. Consulta de vantagens dos servidores por eventos com opção de relatórios.
7. Emissão da Certidão Funcional do Servidor contendo a qualificação, assentamentos, resumo de ocorrências da vida funcional e demonstrativo da efetividade por mês com os respectivos resumos.
8. Consulta dos vencimentos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.
9. Consulta individual por servidor do histórico funcional, com todos os seus assentamentos funcionais, mostrando: períodos de gozo de férias, afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados e vantagens adquiridas.
10. Resumo para contabilização das provisões de Férias, 13º salário, Prêmio Assiduidade e encargos por conta.
11. Relatórios analíticos das provisões de Férias, 13º salário, Licença Prêmio e encargos por servidor e por período demonstrando os cálculos efetuados.
12. Relatório dos dados de controle dos estágios

GERAÇÃO DE ARQUIVOS (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO)

1. Gerar em arquivo as informações referentes à GFIP.
2. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no(s) banco(s) de interesse da entidade.
3. Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF
4. Importação e exportação dos arquivos do FAP, FAS, TCE, Sindicato e outros.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1. O sistema deverá utilizar estrutura cliente/servidor com ambiente gráfico ou plataforma *web*.
2. O sistema deverá ser protegido por senha, apresentando bloqueio de acesso por força bruta e/ou permitindo integração ao *Active Directory* do Windows.
3. O sistema deverá permitir a importação e exportação de dados a partir de layouts previamente definidos.
 - 3.1. O sistema deverá conter inicialmente os seguintes layouts:
 - 3.1.1- Cadastro de Servidores (ativos e inativos), Vereadores e Estagiários;
 - 3.1.2 – Cadastro de dependentes;
 - 3.1.3 – Cadastro de pensionistas;
 - 3.1.4 – Tabela de eventos;
 - 3.1.5 – Movimentações de folhas mensais, complementares, férias, etc.
 - 3.1.6 - Informações relacionadas com as Certidões (Portarias, Efetividade, Movimentos, etc.).
4. Rodar em ambiente Windows e/ou Linux, permitindo que o software seja executado em uma ou ambas plataformas.
5. Ter mecanismo de *log* que armazene de forma detalhada o que fez, quem fez e quando fez todas as ações dentro do sistema, bem como possíveis erros que ocorreram durante o uso;
6. O sistema deverá permitir a atualização (*upgrade*) do ambiente (sistema operacional do servidor, sistema operacional dos clientes, banco de dados, etc.) caso novas versões sejam homologadas pela Câmara Municipal de Montenegro;
7. Os programas necessários para a correta execução do sistema (interpretador/compilador de linguagem, sistema gerenciador de banco de dados, etc.) deverão ser fornecidos pela Contratada e estar licenciados para a Câmara Municipal de Montenegro.
8. Ser multiusuário, ou seja, permitir a realização de tarefas concorrentes;
9. O sistema não deve possuir limitação de número de acessos simultâneos, nem limite de número de clientes.
10. As telas, documentação e ajuda do sistema deverão ser redigidas em idioma português do Brasil.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



11. O sistema deverá permitir o envio de alertas por e-mail quando determinadas ações ocorrerem.
12. O sistema deverá permitir a geração de relatórios no formato PDF.
13. O sistema deve permitir a impressão de documentos, inclusive contracheque, em impressoras matriciais e a *laser*.
14. O sistema deverá permitir a configuração de alertas de erro quando ações indevidas ocorrerem na sua utilização.
15. O sistema deverá possuir uma interface de gerenciamento que permita a alteração de campos e fórmulas previamente definidas.
16. O sistema deverá ser customizado conforme atendendo as necessidades da Câmara Municipal, conforme especificado neste Memorial Descritivo.

**ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**

Razão Social / CNPJ / endereço / telefone / fax / e-mail;
Prazo de entrega e validade: Conforme Edital.

ITEM	QTD.	UN.	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	1	MÊS	Locação	R\$	R\$
02	1	MÊS	Suporte/Manutenção	R\$	R\$
03	1	-	Implantação/Treinamento	R\$	R\$
Valor Total Global = ITEM 1 + ITEM 2 + (ITEM 3 /48)					R\$

Observação: para que tanto a Locação, Suporte/Manutenção e Implantação/Treinamento, tenham o mesmo peso na proposta de preços, os licitantes devem dividir o valor total da Implantação/Treinamento por 48, período máximo de vigência do contrato, conforme item 7.2.

Para aferição da proposta de menor valor global, será utilizada a seguinte fórmula matemática: ITEM 1 + ITEM 2 + (ITEM 3 /48)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



**ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTENEGRO, com sede na Rua Cel. Álvaro de Moraes, n.º 1.515, Bairro Centro, Montenegro/RS, CNPJ n.º 02.856.827/0001-27, neste ato representada pelo seu Presidente _____, aqui denominada CONTRATANTE, e _____, com sede à _____, N.º _____, Município de _____, Estado _____, inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato representada por seu _____, aqui denominada CONTRATADA, têm entre si contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação e manutenção de SOFTWARE GERADOR DA FOLHA DE PAGAMENTO da Câmara Municipal de Montenegro, bem como sua implantação, treinamento, suporte e manutenção, conforme especificações do Memorial Descritivo – Anexo V.

§ 1º O suporte deverá prestar atendimento durante o horário de expediente da Câmara de Vereadores: 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira.

§ 2º A Câmara de Vereadores conta atualmente com um total de 32 Servidores e Vereadores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura de seu termo, podendo ser prorrogado, a critério da Câmara, por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo fixado no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato está vinculado aos termos do ato convocatório da licitação, Tomada de Preços nº 07/2014, Processo 129 – SI 077/14, e a Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§ 1º Pela prestação dos serviços, ora contratados, a Contratante repassará à Contratada o valor mensal estimado de R\$......

§ 2º A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária 01.01.01.031.0310.2101.3.3.9.0.39.00.00.00.00-11.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

CLÁUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º Os pagamentos serão efetuados pela Contratante à Contratada, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante recebimento da Nota Fiscal, Fatura ou duplicata, conforme disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

§ 2º Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Contratante compensará a Contratada com juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, *pro rata*.

§ 3º Para a liberação dos pagamentos dos serviços executados, a Contratada deverá apresentar cópia autenticada da guia de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento do Quadro dos Funcionários que prestaram os serviços, nos termos da Lei Municipal n.º 3.872/03, cópia da GFIP com identificação de todos os segurados que prestaram os serviços e suas respectivas remunerações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

§ 1º Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

§ 2º Não ceder a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, e utilizar exclusiva mão de obra para a realização dos serviços, assumindo total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista.

§ 3º Além das demais obrigações decorrentes da previsão deste instrumento convocatório e do contrato firmado, a Contratada tem como compromisso a realização dos seguintes serviços:

a) Manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual;

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



- b) Suporte técnico, após a implantação do sistema, sempre que solicitado;
- c) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara Municipal;
- d) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados, sempre que necessário.

§ 4º Deverá ser prestado suporte técnico pós-implantação, na sede da Câmara Municipal, sempre que solicitado, bem como via telefone e acesso remoto à distância.

§ 5º A Câmara Municipal não se transforma em devedora solidária ou subsidiária perante credores da Contratada, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública (Executivo e Legislativo) por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e dívidas pessoais da Contratada, resultantes da execução do contrato.

§ 6º Ficam sob inteira responsabilidade da Contratada os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública (Executivo e Legislativo), em caso de inadimplência, a responsabilidade pelo seu pagamento, nos termos do artigo 71, da Lei 8.666/93 e alterações.

§ 7º Responsabiliza-se, ainda, a Contratada, por todas as dívidas que se originarem de operações necessárias à execução do presente contrato, inexistindo qualquer responsabilidade da Administração Pública (Executivo e Legislativo) por encargos e dívidas pessoais da mesma.

§ 8º A Contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha, dolosa ou culposamente, acarretar à Câmara Municipal e/ou a terceiros, quando da prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

§ 1º Designar, através de portaria, servidor (fiscal) para, como seu representante, fiscalizar e orientar o andamento do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93.

§ 2º Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços.

§ 3º Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

§ 4º Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e qualquer débito de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



§ 5º Efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de prazo e preço pactuados no contrato.

CLÁUSULA DEZ - DA ALTERAÇÃO

Toda e qualquer alteração do avençado neste contrato deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA ONZE - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal de Vereadores de Montenegro poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o contrato, aplicar à Contratada as seguintes sanções, de acordo com a Lei n.º 8.666/93:

§ 1º Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso na entrega do objeto licitado ou no cumprimento de qualquer outra obrigação constante no contrato, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

§ 2º Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano;

§ 3º Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 4º As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

§ 5º A Contratada declara conhecer os direitos da Contratante em efetivar a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 78 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DOZE – DOS PRAZOS

A implantação, com a instalação, configuração, e o treinamento aos usuários do sistema deve ser feita em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo, obedecidas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e neste contrato.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da contratante, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO**

**“Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura”**

Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 – Montenegro/RS – CEP 95780-000 - Fone/Fax: (51) 3632-3303
E-mail: camara@camaramontenegro.rs.gov.br – site: www.montenegro.rs.leg.br



CLÁUSULA QUATORZE - DO FORO

Fica eleito o Foro de Montenegro-RS, para dirimir questões relativas ao descumprimento do presente Contrato, renunciando-se a outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e de acordo, para firmeza e validade do que foi estipulado em todas as cláusulas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Montenegro-RS,

Ver....
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: